

ARTIGO

A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL NA BUSCA DA QUALIDADE DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, NO ENSINO FUNDAMENTAL 4º AO 9º ANO, NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA URBANA DE PACAJÁ/PA, NO ANO DE 2016.

ALOISIO JOSÉ DOS REIS

RESUMO

Este trabalho buscou descrever “A relação família e escola: A importância da família no contexto educacional na busca da qualidade de ensino aprendizagem para a construção de uma educação democrática, no Ensino Fundamental 4º ao 9º ano, nas escolas públicas da zona urbana de Pacajá/PA, no ano de 2016”. A pesquisa fez uso do estudo misto com desenho DITRAS, tendo o enfoque Misto direcionado pelo alcance exploratório descritivo. Enquanto objetivos específicos destacaram-se: Relata a relação família e escola e suas contribuições para a formação discente no espaço escolar. Identificar a prática pedagógica na formação do pensamento crítico do discente em termo da qualidade do processo ensino aprendizagem no contexto educacional. Definir as contribuições pedagógicas que a escola vem implantando para a construção de uma educação democrática, nas escolas públicas de Pacajá. Sobre os resultados evidenciou-se que a relação família e escola é uma ação e suma importância para a formação do aluno, porém essa relação no ambiente escola é um grande desafio, pois as famílias ainda não se fazem tão presente no processo pedagógico acompanhando seus filhos. A prática pedagógica ainda enfrenta muitos desafios em termo da qualidade de ensino, seja na estrutura física, na ação pedagógica, na parceria da família, ou ainda na ação formativa ou metodologia, e principalmente na ausência de recursos, fatores estes que contribuem para que a formação do aluno em termo de sua criticidade e autonomia fiquem comprometidas, distanciando assim uma formação no sentido democrático. Aceitou-se a Hipótese Investigativa nula que a relação família e escola *não* está contribuindo de maneira *relevante* com a prática pedagógica com a construção de uma educação de qualidade, no ensino fundamental 4º ao 9º ano, nas escolas públicas da zona urbana de Pacajá/PA, no ano de 2016.

Palavras-chave: Relação família e escola. Prática pedagógica e qualidade de ensino. Educação democrática.

1 INTRODUÇÃO

No campo educacional diariamente em termo da pratica pedagógica e da própria gestão escolar surge diversos desafios sejam de ordens pedagógicas, administrativas ou ainda externas, que acabam por interferir no processo de ensino aprendizagem do aluno.

As estatísticas do último censo escolar apontam o triste resultado referente a qualidade de ensino. Onde está cada vez mais difícil conseguir elevar o termo da qualidade educacional do país e principalmente dos municípios mais distantes como o município de Pacajá no estado do Pará.

A muito se vem afirmando a necessidade de estabelecer parceria entre a família e escola para que o desenvolvimento educacional dos alunos tenha maiores êxitos. Porém estabelecer essa relação torna-se um grande desafio, pois neste novo cenário que se encontram as familiares brasileiras, preocupa a falta de responsabilidade e compromisso desta com a educação de seus filhos, atribuindo a escola toda e qualquer responsabilidade sobre a educação de seus filhos. A família precisa assumir sua responsabilidade, pois cabe a ela a primeira educação e a escola cabe o compromisso de ensino de escolarização sistemática.

O distanciamento da família com a educação de seus filhos atribui inúmeras dificuldades no processo de ensino aprendizagem, desde a indisciplina, violência, falta de interesse do aluno, desvalorização pela escola, como a própria falta de respeito pelos docentes.

Por vivenciar as problemáticas no campo da educação é que surge o interesse pela temática, A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: A importância da família no contexto educacional na busca da qualidade de ensino aprendizagem para a construção de uma educação democrática, no Ensino Fundamental 4º ao 9º ano, nas escolas públicas da zona urbana de Pacajá/PA, no ano de 2016.

II MARCO TEORICO

2 DELINEAMENTOS CONCEITUAIS DAS VARIÁVEIS

Neste capítulo se apresenta aspectos relacionados as variáveis e sua fundamentação teórica. Apresentam-se os autores relevantes para argumentação de cada eixo teórico pertinente a este estudo. Portanto para respaldo teórico da variável *relação família e escola* e as ações educativas voltadas a inserção da família no processo educacional dos discentes apresenta-se

CORTELLA (2014) que argumenta a necessidade ausência da participação dos pais no processo escolar, e principalmente sobre a necessidade de disciplinar seus filhos.

A presença da família no ambiente escolar em parceria com a prática pedagógica, onde se propõe a necessidade dessa relação e suas atribuições em termo da qualidade do processo educativo passa a ser uma necessidade vital para que a qualidade da educação aconteça.

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2003).

Destaca-se o posicionamento de REIS, (2007) ao enfatizar que a escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. (REIS, 2007, p. 6).

E nessa mesma linha de pensamento cita-se FERNANDES, (2001) “... a família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros a ensinarem e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos.” (FERNANDES, 2008, p.42).

Sobre a importância da relação família e escola dar-se ênfase as ideias de OLIVEIRA (2003) ao citar as funções principais da família: função sexual, reprodutiva, econômica e educacional. [...] A função educacional é responsável pela transmissão à criança, dos valores e padrões culturais da sociedade. A família é a primeira agência que socializa a criança (OLIVEIRA, 2003, p.65).

Nesta linha de pensamento destacam-se as ideias de DESSEN e POLONIA, (2007) ao afirmar que a escola, juntamente com a família, detém diversas atribuições na formação integral do indivíduo, tal como: Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSEN, POLONIA, 2007, p.25).

TIBA (2010) chama a atenção para a necessidade do papel da família na educação da criança para combater a indisciplina no espaço escolar, pois segundo o autor, a família que participa e acompanha seu filho na escola tem melhor comportamento e desempenho. O autor alerta ainda para a necessidade da família e da escola dizer *não* a criança, para que esta compreenda que o não é necessário, e que nem tudo é permitido, ou aceito, que este *Não* seja direcionado a criança não como um sistema de punição, mais de necessidade essencial para que a criança compreenda seu limite, seja em casa ou na escola.

Para defesa teórica da variável *qualidade do processo ensino aprendizagem* destacam-se os seguintes autores: BULGRAEN, (2010) ao afirmar que sem dúvida, o professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador. (BULGRAEN, 2010, p. 31).

Nesta perspectiva destaca-se MELLO, (2004) ao afirmar que grande contingente de crianças convive na escola restrita pelos textos e materiais didáticos que circulam em seu contexto social, limitado pelos seus espaços mediadores de práticas e em especial, por uma prática pedagógica que, assumindo a lamentação como escudo, se exime de realizar o que é preciso: esforçar-se por ensinar a ler, escrever, falar, a ouvir; esforçar-se por cada um a seu modo, suprir necessidades culturais que os outros espaços não são capazes de provocar. (MELLO, 2004, p.53).

Para BAIBICH e FARIA, (2004) estabelecer uma relação de confiança mútua e fundamental para minimizar a dificuldade comunicativa entre o professor e os alunos. Essa é a perspectiva da pedagogia culturalmente sensível e requer do professor sensibilidade e compromisso social que permita uma relação de igualdade e respeito, acreditando que todo aluno é capaz de construir uma aprendizagem significativa, independente da classe social a que pertença. Esta postura favorece o clima de confiança, permitindo que o aluno possa participar mais ativamente na construção do próprio conhecimento. Estudos apontam que as relações estabelecidas entre professor e aluno no processo de ensino-aprendizagem são decisivas ao possibilitar a construção do conhecimento. Nesse sentido, a relação pedagógica do professor pautada no respeito e afetividade favorece a produção do conhecimento como prática humanizada. (BAIBICH-FARIA, 2004).

Sobre os aspectos qualidade do ensino apresenta-se ANTUNES (2013) ao abordar os aspectos relacionados ao fator qualidade educacional, afirmando que mesmo a escola acredita estar promovendo uma educação de qualidade. Afirmando que a escola da maneira que estar organizada esta submetendo os alunos ao fracasso, e promovendo o desestímulo, e adoecimento dos docentes que sentem-se também fracassados diante de seu fazer docente.

Dar-se ênfase aos pensamentos de NOVOA (1992) que chama a atenção para a necessidade de formação docente e continua para que haja qualidade no processo de ensino, pois destaca a formação docente como elemento primordial para que haja mudanças nos princípios metodológicos, práticos, teóricos, avaliativos e didáticos.

A escolha por ALVES (2010) ocorrer pela necessidade de compreender a importância do afeto, da relação harmoniosa entre docência e decência, onde o professor promova em seu aluno sua curiosidade, seu interesse, seu desejo de querer aprender. Promovendo um ensino prazeroso

e significativo a criança, perpassando pela formação discente, na construção de sua autonomia e criticidade para desempenho de sua cidadania no âmbito educacional e social.

Para a variável gestão democrática destaca-se FRIERE (2009) que faz a defesa da educação libertaria em que o aluno seja sujeito ativo do processo de aprendizagem, em que a formação do aluno ocorra mutualmente na relação intrínseca com o docente, sendo o aluno um ser com conhecimento prévio, com vivência e experiência de mundo, em que este seja formado no princípio de sua cidadania e solidariedade.

Nesta mesma linha de pensamento apresenta-se GADOTTI (2011), TEIXEIRA (2003), PARO (2008), PIMENTA (2006). Defendem a importância de uma escola democrática em que o trabalho seja coletivo e participativo para que a educação alcance seu papel de formação verdadeiramente humana e reflexiva direcionando a formação cidadã de seus discentes.

2.1 FAMÍLIA E ESCOLA: COMPROMISSO EDUCACIONAL

Historicamente a família teve e tem sua importância na história da humanidade. O termo família denominado *instituição* passou e vem passando por constantes transformações, iniciado pela concepção bíblica que retrata Adão e Eva, passando pelos períodos históricos da civilização e *aterrissando* aos tempos atuais com o advento da fragmentação familiar.

Na história brasileira a instituição família também teve seu marco importante tanto na formação social quanto na econômica. Na social tivemos os grandes fazendeiros donos de

engenhos de cana de açúcar, os cafeicultores, entre outros, que durante décadas mandaram e fizeram mandar, em nome sempre dos “bons costumes e do zelo pelo bom nome da família. Esses fidalgos e senhores eram considerados os verdadeiros possuidores do título “chefe de família” e somada ainda a posição econômica esse título lhes davam o direito de estar sempre no patamar principal da sociedade e da instituição familiar. Por outros lados, estavam os sujeitos às ordens do poder: os escravos. A estes lhes era negado o direito de formar uma família. (FREYRE citado por MEDINA:2002)

Enquanto que o termo escola do ponto de vista filosófico já existia “nos primeiros tempos, antes mesmo do surgimento da escrita, e a educação era ministrada pela própria família, conforme a tradição religiosa. Apenas com o advento das Polis, começaram a aparecer às primeiras escolas, visando atender prioritariamente as bases elitistas”. (FREYRE citado por MEDINA: 2002)

Daí, em diante, a escola teve seu percurso na história da humanidade, cada vez de forma mais intensificada e ramificada, principalmente no que concerne as Escolas Tradicionais e Modernas que apresentaram e ainda apresentam um marco importante na história da educação escolar.

As escolas Tradicionais têm como característica básica o fato de estar comprometida e preocupada com a transmissão de conhecimentos acumulados pelas gerações anteriores e que eram repassados aos alunos como verdades absolutas, não passivas a qualquer tipo de questionamentos, aliás, nessa tendência, o professor fala e é o detentor do conhecimento, e os alunos apenas escutam e são tidos como uma “folha em branco”, ou seja: são incapazes de ensinar alguém por virem de casa sem nenhum saber adquirido.

Já as Escolas Modernas se preocupam basicamente com as necessidades dos alunos, seu desenvolvimento intelectual, motor, social, etc. A denominação “Escola Moderna” possui uma linhagem bastante extensa como: Escola Ativa, Escola Nova, Escola Não-diretiva, Escola Piagetiana, Construtivista, Montessoriana, Escola Crítico-Social dos Conteúdos, enfim, é justamente por essas diversidades de linhagens que ela se difere da Tradicional por está sempre acompanhando as mudanças e exigências do momento. (ZAGURY: 2002 págs. 110/111)

Os termos família e escola já fazem longos trajetos nas leis de nosso país, sejam elas federais estaduais ou municipais.

Sua introdução começa pela Carta Magna que em seu artigo 205 faz, entre outras, menção à família, disciplinando a esta o dever de educar (educação do lar) e de promover a educação (educação escolar).

A esse respeito Moaci Alves Carneiro em sua obra LDB Fácil Comentada, ao interpretar o art. 2º da Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) pondera:

A responsabilidade da família e do Estado com educação dos filhos tem origem em vários dispositivos da Constituição (arts. 203, I, 227, 205, 229). Em decorrência, outras fontes legais ratificam e explicitam esta obrigação. Assim, o Código Penal estabelece pena de detenção de 15 dias a um mês ou multa a quem „deixar, sem justa causa, de promover a instrução primária de filhos em idade escolar “. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, no art. 53, declara que „ a criança e o adolescente têm direito à escola pública e gratuita *próxima* de casa “... (CARNEIRO, 2003, págs. 32/33)

Sobre o que está escrito na lei não cabe comentário, pelo menos no presente assunto. Cabe, entretanto, ser frisado que nem sempre o que está na lei é colocado em prática, pois se o fosse não teríamos tantas pessoas sem estudos porque tiveram que deixar os bancos escolares cedo para ir trabalhar para sobreviver; não teríamos tantos pais tirando os filhos da escola para lhe ajudar no sustento da casa e não teríamos tantas pessoas que mesmo com muito sacrifício concluíram o ensino médio e mendigam em busca da oportunidade de entrar numa Universidade.

Conforme nos ensina GANDIN (2002) não deveriam existir leis que disciplinassem o que escola e família deveriam fazer, já que para ambas já deveria estar clara a responsabilidade que caberia a cada uma exercer. Para o autor deveria existir sim, no campo pedagógico, norma que disciplinassem algumas técnicas, métodos e procedimentos pedagógicos.

Mas, tudo isso não existiria se pais e escola cumprissem suas responsabilidades. A família educando “enquanto pessoa humana, a escola direcionando conceitos, conhecimentos, escala de valores, preparando o sujeito para ser um cidadão consciente, crítico, que aprenda e apreenda esse conhecimento para viver dentro e fora dos muros da escola” (COSTA: 2004).

Para que o papel da família e escola seja posto em prática deve sempre existir um estreitamento entre o mundo da escola e o mundo da família de modo que com essa parceria se busque acima de tudo a possibilidade de se formar cidadãos críticos e capazes de construir sua própria história e interagir no meio social em que vive porque a ponte entre o filho-aluno deve ser sempre a família e a escola.

É importante frisar que para uma melhor compreensão acerca da definição de educação, família e escola, antes, porém, se faz necessário, que saibamos também o que é instituição, já que educação, família e escola são tidas como instituição distinta.

Conforme o pensamento de Maria Luiza Silveira Teles, em sua obra “Sociologia para Jovens”, **instituições** “é um costume ou prática estabelecidos, uma organização formal ou

informal de funções em determinada estrutura. Tem, pois função e estrutura e molda e controla o comportamento humano. (TELES, 2001:59)''.

Reside no dicionário Aurélio, vários significados a respeito das instituições: Educação, Família e Escola.

- **Educação:**

1. Ato ou efeito de educar (-se).
2. Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social:

Escola:

1. Estabelecimento público ou privado onde se ministra sistematicamente ensino coletivo:
2. Estabelecimento onde se recebe ensino primário
3. Sistema ou doutrina de pessoa notável em qualquer dos ramos do saber;
 1. Alunos, professores e pessoal de uma escola. (AURELIO, Século XXI).

- **Família:**

1. Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos;
2. Pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança;
3. Ascendência, linhagem, estirpe.
4. Grupo de indivíduos que professam o mesmo credo tem os mesmos interesses, a mesma profissão, são do mesmo lugar de origem, etc.

Também, no dicionário jurídico, são abordadas algumas definições dos termos educação, escola e família:

FAMÍLIA

Derivado do latim família, de famel (escravo, doméstico), é geralmente tido, em sentido restrito, como a sociedade conjugal.

Neste sentido, então, família compreende simplesmente os cônjuges e sua progênie. E se constitui, desde logo, pelo casamento.

Mas, em sentido lato, família quer significar todo "conjunto de pessoas ligadas pelo vínculo da consanguinidade" (Clóvis Beviláqua). Representa-se, pois, pela totalidade de pessoas que descendem de um tronco ancestral comum, ou seja, provindas do mesmo sangue, correspondendo à gens dos romanos e aos genes dos gregos.

No sentido constitucional, mais amplo, confunde-se com a expressão "entidade familiar".

É a comunhão familiar, onde se computam todos os membros de uma mesma família, mesmo daquelas que se estabelecem pelos filhos, após a morte dos pais.

Na tecnologia do Direito Civil, no entanto, exprime simplesmente a sociedade conjugal, atendida no seu caráter de legitimidade, que a distingue de todas as relações jurídicas desse gênero. E, assim, compreende somente a reunião de pessoas ligadas entre si pelo vínculo de consanguinidade, de afinidade ou de parentesco, até os limites prefixados em lei.

Família. Entre os romanos, além do sentido de conjunto de pessoas submetidas ao poder de um cidadão independente (homo sui juris), no qual se compreendiam todos os bens que às mesmas pertencem, era sinônimo de patrimônio, propriamente aplicado aos bens deixados pelo de cujus.

ESCOLA

Derivado do latim schola, do grego skole, possui o vocábulo vários significados, sendo, em sentido geral, indicativo do estabelecimento, público ou privado, em que se ministra o ensino sobre ciências, artes ou literatura. E, por extensão, o próprio edifício, em que este ensino é ministrado.

Segundo a especialização do ensino que na escola se ministra, é acrescida à denominação genérica a expressão que a particulariza.

E, assim, diz-se: Escola primária, aquela em que se inicia a alfabetização da pessoa ou se ministram as primeiras letras. Escola secundária, aquela em que se lecionam matérias propedêuticas ou de curso fundamental.

Escola normal, a que se destina ao preparo profissional e técnico dos professores primários ou secundários. E desse modo tomam as denominações de Escola Normal Primária e Escola Normal Secundária ou Superior.

Escola Superior, designação genérica dada às escolas em que se ministram ensinamentos próprios aos cursos superiores. É mais propriamente dita de Faculdade. E, assim, diz se Escola de Direito, Escola de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Farmácia, etc.

Escola. Serve ainda o vocábulo para designar a seita ou ensinamento procedente de um certo corpo de doutrinas, ou de doutrina filosófica, ou científica formulada por uma pessoa. E, assim, se diz Escola de Platão, Escola dos Glosadores, Escola Histórica etc.

EDUCAÇÃO

Derivado do latim *educatio*, de *educare* (instruir, ensinar, amestrar), é geralmente empregado para indicar a ação de instruir e de desenvolver as faculdades físicas, morais e intelectuais de uma criança ou mesmo de qualquer ser humano.

Nesta razão, educação não possui somente o sentido estrito de ação de ensinar ou de instruir, no conceito intelectual.

Abrange toda e qualquer espécie de educação: física, moral e intelectual, consistindo assim, em se ministrar ou fazer ministrar lições, que possam influir na formação intelectual, moral ou física da pessoa, a fim de prepará-la, como é de mister para ser útil à coletividade.

A educação dos menores compete aos pais.

A lei penal, mesmo, qualificou como crime o fato de deixar o pai de dar ao filho a necessária educação escolar ou permitir que frequente lugares, em que possa adquirir maus costumes, o que importa em desatenção à educação moral do menor (Cód. Penal, arts. 246 e 247).

Constitui-se a educação do menor em dever paterno ou materno. E, na falta dos pais, ao tutor se transfere a obrigação.

Educação. Nos termos constitucionais (CF/88, art. 205), a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da "sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

DURKHEIM citado por TOSCANO (1985) define educação como „a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas ainda não amadurecidas para a vida social “, ou seja, „a educação é a socialização da criança “. Enquanto que KRUPPA (1994) entende educação como um processo continua na vida das pessoas que inicia com a idade infantil e termina com o final da vida. Para a autora educação escolar e educação geral não podem ser vistas com igualdade porque esta última não é institucionalizada, ou seja, não apresenta normas e funções definidas.

Quanto ao termo escola TELES (2001) afirma ser uma das instituições mais antiga em nossa sociedade e seu papel é oferecer conhecimento teórico e prático, além de lidar com os comportamentos emocional, social, vocacional e ético. E para a autora a família é a “primeira das instituições e a mais importante e seu papel é „harmonizar “a criança, desenvolvendo-lhe a natureza humana e ensinando-a a agir como os outros homens e a conviver com eles”.

Nos tempos atuais a família tem sido vista de forma bastante diversificada devido às transformações com que a sociedade vem passando. Antes a instituição família era denominada *família nuclear* que era considerada pelo modelo tradicional como possuidora de certa completude, ou seja: aquelas constituídas por pai, mãe e filhos. Em momento seguinte surge o termo *família monoparental*, aquela que a sociedade elitista tratava de desestruturada, eis que era constituída em regime de celibato, “os filhos vivem só com o pai ou só com a mãe em situação de celibato, viuvez ou divórcio”. (ENCARTA, 2000). Surge então, a *família intacta* “completa, mesmo que já tenha havido constituição de família anteriormente” (MEDINA, 2000).

No estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13.07.1990, o termo família recebe dois tipos de nomenclaturas: família natural e família substituta. (ECA, arts. 25 e 28)

No artigo 25 da sobredita lei “entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Família substituta é quando uma criança ou adolescente passa a fazer parte de outro seio familiar, quer por meio de guarda, tutela ou adoção (ECA, art. 28).

Para o legislador Luiz Paulo Santos Aoki do Ministério Público de São Paulo:

A história da família substituta é quase tão antiga quanto a história da humanidade, pois certamente brotou do próprio espírito de solidariedade existente latente nos seres humanos, de molde a suprir incontáveis ausências da família natural, gerando, daí, até mesmo fábulas, lendas e fantasiosas histórias que recheiam a imaginação de inúmeras gerações, como é o caso, p. ex. dos irmãos romanos Rômulo e Remo, que foram criados por uma Loba; ou, então, a história do Lord inglês que foi criado

por uma família de gorilas; ou, então, a deliciosa história de Mogli, o menino das selvas, criado por uma família de lobos selvagens; ou a milenar história de Moisés, posto nas águas do rio em que se banhava a filha do faraó e por ela tirado das águas e criado, tendo por ama de leite sua própria mãe.

Como podemos observar há posicionamentos antagônicos em relação às conceituações já ditas a respeito dos termos educação, família e escola no decorrer de nossa história. No momento em que os tempos vão se tornando mais complexos, mais abrangentes serão os pensamentos, quando se pensa em definir tais instituições.

Educação, família e escola diferem-se umas das outras pela palavra sistematização. Na instituição família há uma educação geral, logo se percebe que a sistematização existente no meio familiar é de forma mais desordenada. Já no âmbito escolar há uma sistemática, ou seja, uma classificação de normas e funções.

A rigor, todas essas tipificações dadas à família e conseqüentemente seus significados, nos faz acreditar que a família vem mesmo se modificando de tal sorte que fica difícil dizer qual o tipo que melhor se enquadra nos padrões culturais e sociais da contemporaneidade, eis que vivemos em um mundo capitalista onde a globalização se expande a todo o momento, existindo opções diversas, de modo que há sempre saída para aqueles que pretendem *criar seu lugar ao sol*.

Porém, qualquer que seja a terminologia usada: nuclear, monoparental, intacta, natural ou substituta, família será sempre família.

Assim, penso que aqui não cabe dar um conceito pronto e acabado à instituição família. Incumbe – me acrescentar que a família com todas as transformações ocorridas no tempo contemporâneo já não pode ser vista e tratada como antes, ou seja, só por nuclear, monoparental, intacta, natural ou mesmo substituta, mais como diversificada, pois o que “predomina é a diversidade”. Não se pode sustentar a ideia de que exista só esse ou aquele conceito de família, mas ousar em acreditar que ainda há um pouco de cada um dos termos citados, tendo em vista que culturalmente e socialmente somos diferentes.

No âmbito educacional se faz urgente retomar a discussão sobre a responsabilidade que compete às famílias em relação à educação de seus filhos não se pode mais conceber a ideia de terceirizar essa responsabilidade. A família precisa cumprir com suas obrigações em termo da educação de seus filhos. E a escola necessita assumir sua função que é de promover o processo de escolarização, ou seja, promover o ensino sistemático.

Atualmente a educação das escolas públicas brasileiras e entre elas as escolas do município de Pacajá mostram os conflitos existentes entre família e escola, o que antes era

uma relação amigável, hoje parece que a escola perdeu sua autonomia e seu respeito perante a família. A falta de parceria gera cada vez mais o desentendimento promovendo assim a desestruturação na formação do aluno.

2.1.2 A participação da família no processo de formação discente.

Esta relação a muito anos vem sendo ponto de discussão no campo da educação, pois a participação da família no processo de formação do aluno é uma deficiência apresentada na escola pela maioria dos educadores, gestores e coordenadores que chamam a atenção para a ausência de compromisso e responsabilidade da família com a educação de seus filhos.

Compartilhando das ideias de TOMAZI (2010, p. 20), “O ponto de partida é a família (...) É o espaço onde aprendemos a obedecer a regras de convivência, a lidar com a diferença e a diversidade”. de acordo com essa defesa e ainda amparada pela própria LDB que designa a família como primeira responsável pela educação de seus filhos cabendo a escola responsabilizar-se pela educação sistematizada, ou seja, promover a escolarização do aluno.

Portanto, partilhando ainda com as ideias de FREIRE (2001) ao afirmar que o aluno não é uma tabula rasa, que ele ao chegar à escola, já traz consigo um vasto campo de vivências e experiências adquiridas em seu convívio familiar, assim a família necessita acompanhar a formação do aluno dando assistência ao educador. pois a relação de parceria família e escola passa a ser uma ação estratégica fundamental para que a educação tenha qualidade, e a escola consiga desempenhar suas estratégias de ensino de forma eficaz buscando assim que o aluno consiga superar suas dificuldades e desenvolver suas potencialidades.

A parceria e participação ativa da família possibilita a integração entre a comunidade escolar e a sociedade, pois a família acaba sendo o elemento primordial para que ocorra essa integração.

A escola não pode trabalhar isoladamente, fechar-se em seus muros, pois como afirma FREIRE (2001) a escola necessita derrubar seus muros e olhar a realidade circundante para que nele possa fazer a transformação, sendo assim a educação uma ação libertaria, e humana.

As ações escolares precisam ser pensadas e planejadas para atender os problemas sociais, as famílias são ponte de ligação para que a escola promova uma educação que vá além das salas de aulas. As ações escolares precisam atender as necessidades sociais, portanto

a escola precisa planificar ações e projetos que interliguem escola e comunidade promovendo assim a transformação pessoal e social do aluno.

A realidade da sociedade atual traz para o foco de discussão um novo conceito de família, no século XXI o padrão tradicional concebido pela formação de família com seus membros pai, mãe e filhos, passa a ser partilhados com novos conceitos, como avós que assumem o papel de pais, tios, que assumem também essa função, além da presença de famílias constituídas por madrastas e/ou padrastos, e pela mudança sobre a inserção homo afetiva neste Cenário em que pais e mães do mesmo sexo assumem a criação de uma criança. Os tempos são outros e essa realidade está inserida nas escolas, portanto não dá mais para pensar em um conceito de família tradicional, que não representa a realidade das famílias hoje.

A família, que é uma construção social e sofre influência dos valores e padrões de sua época, atualmente passa também por grandes transformações, que vão desde os novos arranjos familiares, delineando famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas por novas uniões e coabitações dos filhos, frutos das diversas uniões, até mudanças nos papéis familiares. Essas mudanças são formas contemporâneas de exercício da maternidade e da paternidade, cujos papéis já não são rigidamente preestabelecidos como cuidadores e provedores, respectivamente. Ambos, pai e mãe, podem ocupar funções diversas (FERREIRA, 2012, p. 17).

A escola em sua proposta educacional necessita também acompanhar tais mudanças, promover a adaptação de um currículo, dialógico, que respeite a diversidade, e que eduque para a cidadania e humanização do ser se faz urgente e necessário.

A escola necessita promover ações e estratégias que possibilite a presença da família, mais ativamente nas ações pedagógica. Historicamente a própria escola chama a família de forma errônea pois os pais e ou responsáveis são chamados a escola para assinar documentos, realizar matrículas, ou para contribuir com coletas nas festividades, ou ainda o que é pior para ouvir dos docentes que seus filhos não são bons alunos, que estes têm mal comportamento, e são indisciplinados e que não conseguem aprender.

Nenhum pai ou responsável gosta de ouvir coisas negativas de seus filhos. A escola necessita mudar suas estratégias para aproximar as famílias do processo educacional de seus filhos.

Chamar as famílias para participar com o conhecimento que possuem, convidar as famílias para participar de um grupo de pais que estes desenvolvam ações como reorganização e revitalização dos espaços escolares, participar de palestras sobre suas profissões, desenvolver oficinas, promover gincanas que envolvam pais e alunos, em fim

aproximar os pais com as vivências e experiências que estes possuem para que estes sintam-se úteis, com a escola.

Todos são sabedores que a participação das familiares com a escola promove mudanças positivas melhorando a qualidade do ensino e a formação dos alunos.

Pensar ações que traga a família a escola é muito importante porém, mais importante ainda é promover ações que levem a escola até a comunidade.

Partilhando dos pensamentos de CURY (2008, p. 21) ao afirmar que “Antigamente uma família estruturada era uma garantia de que os filhos desenvolveriam uma personalidade saudável”. Está é uma realidade que já não atende o contexto atual, pois a desestruturação família acaba abalando o processo formativo do aluno, fatores que contribuem para que a criança apresente uma série de problemas na escola e principalmente sobre sua aprendizagem. Crianças que chegam à escola, com desvio de comportamento, agindo com indisciplina, que apresentam agressividade, crianças extremamente violentas, ou ainda que não conseguem relacionar-se com os demais, crianças, estressadas, deprimidas, obesas, com anorexia, crianças com dificuldades de aprendizagem, são muitos os fatores que contribuem para que a criança chegue ao espaço escolar com uma série de conflitos que interfere diretamente em sua aprendizagem.

Ainda que a criança esteja inserida em uma relação familiar saudável algumas crianças podem desenvolver problemas variados e vice-versa. Tendo assim a necessidade de a escola integrar-se a família para conhecer a realidade de seus alunos. Visando oportunizar uma formação que vá além da leitura e escrita, mais que atenda uma formação holística que a criança seja formada em sua concepção global.

Outro fator importante é a família está preocupada somente com o processo de notas de seus filhos, e atribuir a este uma relação de troca, ou seja, se o aluno passar de ano ganhara uma recompensa, (presente), sendo este um grande erro dos pais. Estes precisam ensinar a seus filhos que precisam aprender para crescerem pessoalmente e profissionalmente, que a educação é uma ação fundamental e importantíssima e que estudar não é uma obrigação é um dever do aluno, ser compromissado para tirar boas notas, ter bons comportamentos, pois isso será positivo para sua vida futura.

Observa-se que muitos pais acabam estabelecendo uma relação e troca com seus filhos, até mesmo por certa sensação de culpa por não poderem estar presente o tempo que deveriam com os mesmos, por virtude de trabalharem fora de casa, e acabam atribuindo a terceiros esta responsabilidade de educar e cuidar de seus filhos.

Outro fator apontador por CURY (2003) é o fato dos pais darem tudo a seus filhos sem deixá-los esforçar-se para adquirir tal coisa, agradar de mais os filhos, dizer sim a tudo ocasiona um grande erro, as crianças precisam compreender o sentido do *Não* e este precisa ser exercido com autoridade pela família, sem medo e sem culpa, pois o *não* como diz PORTELLA (2010) contribui para não formar uma geração de incompetentes e inconformados, o *Não* contribui para formar uma criança que nos princípios da aceitação em que esta saberá enfrentar e gerenciar seus momentos conflituosos, o *Não* dito pelos pais hoje evitará a birra, a indisciplina, o mau comportamento de seus filhos amanhã. TIBA (2010)

2.2 O ATUAL SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O TERMO QUALIDADE DE ENSINO.

O sistema de educação no Brasil sofreu várias mudanças, no passado e após a retrospectiva histórica da educação brasileira e as mudanças ocorridas na estrutura educacional no passado, foi criada e aprovada a Lei de Diretrizes de bases da educação no Brasil conhecida nacionalmente como (LDB).

Segundo CORRÊA (2007), estas mudanças passaram acontecer com a Constituição Federal de 1988 que alargou os horizontes do ensino no Brasil.

Após a carta Magna de 88, o ensino infantil no Brasil é valorizado e visto com o dever do Estado com a educação infantil, pois, em seu artigo 208, inciso IV, afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creches e pré-escola a crianças de 0 a 5 anos”.

Significa dizer que o Estado é obrigado pela Constituição Federal a disponibilizar vagas para este nível de ensino, neste caso a família que se achar lesada deve procurar a justiça para o garantimento para efetivação da matrícula no estabelecimento. É importante ressaltar que hoje este nível de ensino por força da Emenda Constitucional nº 53 de 2006, corresponde as crianças de 0 a 5 anos de idade.

Ainda a este respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente o famoso (E.C. A) Lei federal nº 8.069, de 1990, que é mais uma conquista da sociedade civil em defesa dos direitos da criança, principalmente das de 0 a 5 anos de idade. Em seu artigo nº 4 afirma: é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Ensino fundamental

O autor ROMUALDO (2007) destaca que o ensino fundamental é uma etapa da educação básica destinada a crianças e adolescentes com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito a partir dos seis anos de idade, de acordo com a Lei nº 11.114/05 e em conformidade com a LDB em seu artigo nº 32 afirma que o Ensino Fundamental terá como objetivo a formação básica do cidadão mediante o inciso III: “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores”.

Ensino Médio

Segundo os artigos 35 e 36 da LDB, esta fase do ensino é a etapa final da educação básica, e, observamos que ela vem buscando sua identidade. É delegada à função preparatória para a universidade é atender ou preparar para o mercado de trabalho a denominado ensino profissionalizante.

Para não prolonga muito e resumi aqui neste projeto, temos no Brasil as modalidades de ensino: a Educação de Jovens e adultos, Educação inclusiva ou especial, Ensino superior.

Todas essas modalidades de ensino vieram para atender de certa forma a todos, estabelecendo normas e formas de reconhecimento e certificação das competências adquiridas fora do ambiente escola. Quer para prosseguimento de estudos, quer para titulação, deforma inovadora em relação à legislação preexistente.

O conceito de qualidade da educação perpassa não somente por questão direcionada a pratica docente, ou ao uso de metodologias que o professor utiliza em sala de aula, a qualidade do ensino precisa ser compreendida em uma dimensão mais ampla, está diretamente ligada as políticas públicas educacionais, a estrutura física, a participação da família em termo da educação de seus filhos, a uma gestão democrática que fomenta um trabalho participativo e cooperativo, a presença de um conselho funcional, que fiscalize e participe ativamente nas tomadas de decisões no ambiente escolar, etc.

A qualidade do ensino necessita ser compreendida levando em com sideração os fatores citados a cima, entre outros, pois a necessidade de formação continuada aos educadores é uma ação que precisa ser ofertada nos municípios, além da valorização profissional, pois uma educação de qualidade só será de fato existencial em nossas escolas se a educação for tida pelos nossos governantes como prioridade.

Termo qualidade perpassa ainda pela própria organização estrutural e pedagógica da escola, pois a qualidade requer a aplicabilidade de ações que promovam um ensino diferenciado despertando o interesse do aluno em aprender, proporcionando um ambiente estimulado em que o aluno se sinta sujeito pesquisador e construtor de conhecimento. A escola necessita mudar sua maneira de fazer educação. Pois uma escola tradicional, com salas superlotadas, mal iluminadas, pequenas, e sem ventilação, ou ainda uma escola com uma estrutura bem moderna, com espaços diferenciados, arejados, amplos, ventilados, poderão ou não oferta uma qualidade no ensino, pois de nada adianta se não houver mudança na pratica docente, no modo de pensar a educação, na finalidade proposta ao ensino. Pois a mudança perpassa por políticas formativas aos docentes, assim como elaboração e aplicabilidade de novas metodologias de ensino, em que a didática seja acompanhada de inovação, direcionando um fazer docente que invista na pesquisa, incentive, motive, possibilite o prazer do aluno em aprender.

A qualidade do ensino está atrelada ao desenvolvimento de aulas prazerosas, que coloque o aluno não mais como figura receptiva, mais como sujeito ativo, atuante, construtor, do seu conhecimento, em que este seja capaz de agir com criticidade e autonomia, sendo capaz de dialogar e problematizar situações sociais, afim de, encontrar soluções a problemas reais.

A escola necessita ser um espaço de descoberta, um ambiente de debates, de discursos, de problematização, em que a ação do professor e do aluno seja de interação, e socialização, que ambos possam ser aprendentes e ensinantes do processo, e que o conhecimento seja construído numa relação de troca, de trabalho coletivo, de participação.

A estrutura física, a inserção tecnológica, a formação docente, a presença de projetos, a gestão democrática, a inserção da família, a presença de laboratórios são elementos fundamentais para que a educação tenha qualidade. Porém, um elemento só não compete assumir tamanha responsabilidade pelo fracasso ou pelo sucesso escolar, a organização de uma educação que perpasse pela conjuntura pedagógica, física-estrutura, curricular, econômica, que estejam pautadas e compromissadas em formação o aluno em sua concepção global, promovendo sua cidadania e humanização com certeza fará um diferencial.

2.2.1 A qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras

A educação pública brasileira vem nos últimos anos sendo péssima referência em termo da qualidade educacional. As estatísticas apontadas pelos últimos censos escolares mostram a precariedade em termo da qualidade do ensino público.

É evidente que nenhuma escola conseguiu promover uma educação de qualidade enquanto esta não for prioridade para o governo brasileiro.

Uma sociedade consegue se reergue e avançar em termo de seu desenvolvimento social e econômico por meio da educação. A educação é o mecanismo primordial para que uma sociedade evolua. Para isso Ela precisa ser prioridade em um sistema governamental.

O país que não investe em educação apresenta sérios problemas sociais. A educação é a base para que a saúde funcione, o mercado econômico cresça, e a cidadania seja de fato um bem assistido ao seu povo através da educação.

As escolas públicas brasileiras encontram-se desafeadas, sucateadas, com uma conjuntura pedagógica que não atende a necessidade dos alunos e nem mesmo dos docentes. É necessário que a escola ressignifique sua finalidade educacional e principalmente sua forma de fazer educação, a sociedade evolui rapidamente e a escola tende a ficar estagnada em sua conjuntura tradicional, técnica que não atende a formação direcionada pela própria LDB que direciona a finalidade de formar alunos críticos reflexivos para exercer sua cidadania e serem inseridos no merca de trabalho.

Os alunos das escolas públicas estão evadindo e abandonando a escola cada vez mais cedo, promovendo assim o número de analfabetismo e de analfabetismo funcional cada vez maior, a escola não está conseguindo cumprir com sua função.

E o governo brasileiro busca criar metas diante de programas e projetos como alfabetização na idade certa, mais educação, incentivo ao esporte na educação, incentivo a feiras científicas, além de incentivar a formação de professore e capacitação de gestores para promover uma educação de qualidade, ainda assim os resultados não são alcançados.

Os profissionais da educação mostram-se cada vez mais desestimulados, como os péssimos resultados apresentados em termo da qualidade de ensino.

Muitas são as problemáticas que contribuem para a péssima qualidade do ensino, perpassando pela desvalorização docente seja em termo da necessidade de formação continuada, seja pela desvalorização profissional com baixos salários, além da ausência de recursos para promover um ensino eficiente, cita-se ainda as péssimas estruturas físicas das escolas, com a falta de equipamentos e ainda equipamentos sucateados.

A ausência da gestão democrática também é um fator contribuinte para que a educação não alcance a qualidade desejada, é preciso incentivar a gestão democrática, onde se desenvolva um trabalho coletivo, participativo envolvendo todos em projetos que visem promover uma educação diferenciada que leve o aluno a querer estar na escola, promovendo a ele sua curiosidade, seu interesse pelo aprender, sendo o aluno sujeito construtor de seu conhecimento, sendo agente pesquisador.

Outro problema a ausência da família na educação dos seus filhos, estas acabaram terceirizando a educação de seus filhos, direcionando a escola toda a responsabilidade pela formação das crianças, se eximindo de suas responsabilidades.

A péssima qualidade de ensino direciona o crescimento da evasão, da exclusão, retenção, e péssimo nível de aprendizagem e do próprio ensino. Pois as dificuldades em termos da formação discente, perpassa tanto pela dificuldade de aprendizagem do discente como a dificuldade de ensinar que o docente vem sofrendo.

Ao buscar compreender o termo qualidade da educação todos esses fatores entre outros precisam ser cuidadosamente estudados e analisados. Pois a educação não é responsabilidade unicamente das unidades escolares, para que a educação obtenha qualidade se faz urgente e necessários que todos façam sua parte, escola, família, comunidade, governantes, alunos, afim de que a finalidade educacional seja alcançada e de fato se tenha uma formação cidadã e humana, onde direitos e deveres sejam exercidos por todos na prática.

Para GADOTTI (2011, p.49) o atual sistema de ensino no Brasil baseia-se “no princípio da centralização, em contraste com o princípio constitucional de democratização da gestão.” Portanto a necessidade de mudança no sistema público de ensino brasileiro é um fato. Promover a gestão democrática e incentivar a autonomia nas instituições escolares é necessário para que haja mudança no termo qualidade de ensino. Já que a formação da cidadania só acontecerá em detrimento de uma formação democrática, participativa emancipatória.

Vivencia-se no século XXI um momento de globalização através da inclusão digital, onde grande parte da população está conectada através da internet, navegando em um mundo de conectividade sem se quer sair de sua própria casa.

A escola necessita também utilizar essa tecnologia para promover uma educação de qualidade, para que isso aconteça se faz necessário investir em equipamentos, manutenção, formação dos profissionais da educação para que a escola faça uso da tecnologia, afim de, promover uma educação significativa e contextualizada. Neste contexto a escola precisa desenvolver na formação dos discentes o mínimo de competências básicas.

A escola necessita redefinir sua finalidade pedagógica direcionando um ensino aprendizagem que leve o aluno a formação de seu pensamento crítico sendo este um sujeito agente de sua transformação e de seu próprio meio. Essa ação só será possível se a escola investir na formação dos profissionais gerenciando ambientes de trabalhos favoráveis para que a educação aconteça de forma prazerosa e com eficiência em termo da qualidade.

A qualidade do ensino não está sobre a responsabilidade do fazer docente somente, dependendo assim da maneira como o professor ensina, do uso das técnicas recursos e métodos a utilizar, ou ainda da ação didática utilizada em sala de aula, esses fatores são importante sim, mais juntamente com eles está a importância da gestão democrática, a ação de ações pedagógicas promovidas pelos governantes educacionais, investindo em equipamentos, deliberando recursos financeiros, promovendo formações e capacitações aos profissionais, além de promover um ambiente escolar enquanto estrutura física organizado, limpo, com espaços necessários, bem equipados, iluminados, ventilados, agradáveis, sendo um ambiente prazeroso e harmonioso para quem o frequenta.

Para PARO (2008, p. 89) “democracia por ser um sistema caracterizado pela liberdade „e pelo controle de autoridade, não se concebe, conquista-se, realiza-se”.

Portanto uma escola participativa, em prol de um trabalho coletivo, necessita ser estimulada onde todos realize seu papel, reconhecendo a importância de suas ações, assim a gestão precisa lidera sua equipe para que de fato o trabalho caminhe em prol de uma educação de qualidade.

Assim o fator qualidade de ensino não pode ser analisado somente no que concerne o desenvolvimento do fator cognitivo, o Termo qualidade da educação esta interligado com outras funções que precisam ser cuidadosamente postas em práticas para que a educação funcione corretamente de forma eficiente.

O desempenho do aluno em termo de seu desenvolvimento necessita ser compreendido em aspecto global. Assim a escola como espaço de formação para a cidadania e emancipação do ser humano necessita está com suas ações educativas contextualizadas para atender os reais interesses dos alunos. E isso só acontecerá se as unidades de ensino desenvolverem estratégias e utilizarem recursos que promovam uma educação cidadã que levará a autonomia e ao trabalho coletivo inclusivo de todos os seus sujeitos.

2.2.2 Qualidade do ensino e realidade educacional: Um desafio a prática docente

Ao falar do termo qualidade de ensino se faz necessário conceituar esse termo, assim a terminologia qualidade de acordo com o dicionário Houaiss significa: a propriedade que determina a essência ou a natureza de um ser ou coisa, a capacidade de atingir o efeito pretendido, estratégia de gestão em que se procura otimizar a produção de resultados na função ou no papel exercido. Ainda nessa mesma perspectiva direciona-se ainda pelo mesmo dicionário o Houaiss o conceito da palavra qualificação, sendo está um conjunto de atributos que habilitam alguém ao exercício de uma função.

Já sobre ao termo “Indicadores de qualidade na Educação, Ação/Educativa 2004”, aponta os elementos que necessitam ser avaliados sendo eles:

- ✓ Ambiente Educativo,
- ✓ a Prática Pedagógica,
- ✓ a Avaliação,
- ✓ a Gestão escolar democrática,
- ✓ a Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola,
- ✓ o Ambiente físico escolar e o;
- ✓ Acesso, permanência e sucesso na escola.

Sobre os indicadores de qualidade na educação os pontos acima são parâmetros mínimos, pilares básicos para o alcance de uma escola de qualidade.

A organização das unidades de ensino necessita passar por mudanças que faça da conjuntura organizacional, administrativa e pedagógica âmbitos que direcione novas ações possibilitando a organização nessas dimensões de novas estratégias a curto médio e longo prazo, principalmente no planejamento de projetos educativos que atendam a comunidade circundante da escola.

Essas medidas de mudanças nas dimensões que compõem a escola precisam ser acompanhadas por ações participativas da gestão, dos docentes, dos profissionais da educação, da família dos governantes, onde todos os seguimentos participem ativamente de forma coletiva da avaliação e do planejamento de ações educativas que favoreça a formação do aluno, e que esta formação esteja embasada em princípios educativos que sejam significativos para a vida diária do aluno colaborando para a sua formação em aspecto global sendo este capaz de intervir criticamente no mundo.

A finalidade da escola precisa ir muito mais além de que promover o desenvolvimento da leitura e da escrita ou ainda de resolver problemas matemáticos, direcionando o ensino de

conteúdos programáticos que possibilite o aluno conhecimento necessário para passar no ENEM.

A qualidade do ensino público brasileiro precisa ser compreendida em termos de uma formação que ofereça ao aluno seu desenvolvimento pleno, onde o aluno aprenda a ser crítico, reflexivo, sabendo conviver em sociedade, trabalhar em grupo, exercer o respeito à cidadania.

Os alunos são sujeitos sociais que vivem em comunidade e nesta lidam com problemas diários, a escola necessita ser agente de mudança social, promovendo o desenvolvimento da comunidade através de projetos que integre escola e comunidade.

Assim ter a participação da comunidade, com os seguimentos presentes nas tomadas de decisão no âmbito escolar favorece a construção de uma relação de parceria entre escola e comunidade em que ambas dialoguem e tomem decisões para sanar as problemáticas existenciais no espaço comunitário que por muitas vezes acabam adentrando o espaço escolar. Neste sentido as melhorias serão alcançáveis seja para a comunidade como para a escola, gerando de fato uma educação transformadora elevando a cidadania e a formação para emancipação do ser humano.

Em termos da escola quando esta falha no quesito qualidade toda sociedade também falha uma educação só terá qualidade quando todos exatamente todos assumirem seus papéis.

A escola é muito mais que um espaço de ensino e aprendizagem, ela é um espaço de interação e integração, de trabalho cooperativo e participativo, de trocas de experiências e vivências, de construção de valores, um espaço que necessita ser dinâmico, democrático, dialógico, reflexivo, um lugar de debate sobre as problemáticas em ordem local, regional nacional, global, um espaço de construção e transformação diária.

A escola precisa deixar de ser um espaço estático, neutro, fechado em suas decisões, a escola em pleno século XXI ainda insiste em manter sua estrutura arcaica com métodos de ensino tradicionais e autoritários, cadeiras enfileiradas, salas de aulas com cores sóbrias e sem atrativos, com grades e sirenes marcando horário de entrada e saídas, com fardamento obrigatório, parecendo um espaço de educação secular, em que parece está estabelecido que a educação só pode ocorrer entre as quatro paredes de uma sala de aula.

É momento de a escola mudar sua forma de ser, de receber e ensinar seus alunos, para que esta mudança ocorra faz necessário que os professores também mudem sua forma de pensar a escola, sendo assim a formação docente um elemento essencial para que o professor seja provocado a repensar e ressignificar seu papel perante a formação do aluno, ou seja, desse novo aluno, que está diariamente conectado, com o mundo através das redes sociais, mais ao

chegar a escola sente-se desmotivado, desinteressados, desestimulado, não vendo na escola atratividade que o faça que ser sujeito pertencente desse espaço.

A escola precisa ser um ambiente estimulador, um espaço de curiosidade, um espaço de pesquisa sendo o aluno sujeito construtor de seu conhecimento, em que a pratica docente seja mediadora para que o aluno seja direcionado a buscar o novo, assim o docente apontara caminhos a essas descobertas, possibilitara inquietações, provocações, para que o aluno haja com criticidade sendo capaz de refletir e tomar decisões sobre problemas reais.

A escola para atender essa nova geração precisa ser um verdadeiro laboratório de conhecimento onde professores e alunos juntos sejam aprendentes do processo. Em que discente e docente estabeleçam uma relação afetiva, harmoniosa, que haja o respeito, a solidariedade, a alegria, a disciplina, em que todos exerçam om autonomia seus direitos e deveres, ações que promoveram de fato uma formação cidadã, promovendo uma educação de qualidade.

O educador é sim, um elemento essencial para que a qualidade seja um resultado positivo em termo da formação dos alunos, porem vale ressaltar, como já foi dito anteriormente, que ele o educador não é, e nem deve ser visto como único responsável a esse processo. Neste sentido a pratica pedagógica como indicador de Qualidade na Educação, necessita ser acompanhada da formação continuada, e da própria valorização desse profissional. O educador precisa agir com autonomia em sua pratica docente, pois ela possibilitara a ele a tomada de decisão para promover mudanças sejam em ordem metodológicas, em uso de recursos, em determinação de ações para com a família, ou ainda de direcionamento da ação didática e avaliativa, perante a formação do aluno. A autonomia possibilita ao docente ser um agente atitudinal, em sala de aula agindo com autoridade, e esta não deve ser confundida com o autoritarismo, autoridade em termo de liderar sua sala de aula, de provocar seu aluno a busca o novo, a experiência, a vivenciar novas descoberta a ser agente pesquisador e construtor de conhecimento.

Se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola. [...] Não basta, entretanto, a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar que condições essa participação pode tornar-se realidade. (PARO, 2005, p. 19-40).

Promover uma pratica docente que esteja direcionada a atender a diversidade no sentido de atender a todos, a promover o respeito, a lidar com as diferenças de pensamento, e opiniões, se faz necessário para que haja de fato uma educação que promova um aluno crítico e reflexivo.

A educação brasileira nos últimos anos vem ocupando lugar de destaque em termos dos índices apresentados que colocam o Brasil no ranking de países com pior resultado em termos da qualidade do ensino das escolas públicas. Essa é uma triste realidade, mesmo com os programas e investimentos parece que está cada vez pior alcançar a qualidade de ensino.

Hoje a busca por promover um ensino que realmente tenha qualidade é uma grande preocupação dos profissionais da educação. Como já foi mencionado anteriormente não se pode atribuir a responsabilidade pelo termo qualidade a um fator somente, pensar a qualidade requer buscar com que cada fator desempenhe seu papel, pois muitos relacionam a qualidade do ensino com a estrutura física, a prática docente, as metodologias de ensino, a avaliação, a participação da família, ou ainda atribui ao próprio interesse do aluno.

Porém poucos direcionam a qualidade a maneira como se ensina, o que se ensina, porque se ensina, como se aprende, para que se aprende, ou ainda como se avalia e porque se avalia. Além de agrupar a essas interrogantes a importância das relações interpessoais professor aluno e família, a importância do afeto, do carinho, do amor, da parceria, da cumplicidade entre educando e educador uma vez que esses são elementos fundamentais para obter um ensino de qualidade.

2.3 EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

2.3.1. A Prática docente os desafios e necessidades do educador.

Dentre as várias competências atribuídas aos docentes, destaca-se o direito de promover um ensino de qualidade, mais isso não depende só da prática docente, a qualidade educacional está interligada a diversos fatores, como desempenho de uma gestão democrática, boa estrutura física, currículos adaptados, participação da família, conselhos escolares atuantes, recursos materiais necessários, laboratórios, quadra de esportes, metodologias inovadoras, além da prática docente diferenciada, entre outros.

Sobre o docente este deve ser agente pesquisador; ter interesse em compartilhar conhecimento e vontade de aprender; ter humildade em reconhecer limites e capacidade de promover interação e motivação, ter a competência de mediador. A facilidade em lidar com novas tecnologias, ser flexível, ter conhecimentos pedagógicos, capacidade crítica, dominar as ferramentas, conhecer as propostas e facilidades com tecnologias, gostar de ser professor e ter conhecimento na área em que atua. São características essenciais para promover mudanças significativas na forma de ensinar, avançando assim no termo da qualidade de ensino.

Portanto a escola necessita ter uma gestão compromissada com o princípio democrático e com a aprendizagem dos alunos deve desenvolver em sua prática a capacidade de interação e comunicação com os envolvidos, professores, alunos, pais, coordenadores e demais pessoas envolvidas no processo. Incentivando um trabalho participativo e coletivo em que todos assumam seu papel em prol da melhoria educacional, além de desenvolver uma ação pautada na autonomia e no diálogo permitindo voz e vez aos sujeitos escolares nas tomadas de decisões para o bem e melhoria da coletividade.

A comunidade escolar como um todo deve participar ativamente dos grupos de trabalho ou de discussões na escola e fora dela, objetivando acompanhar apolítica educacionais informatizações dos sistemas de ensino além desses requisitos deve desenvolver capacidade e habilidades de lideranças, compreender os processos envolvidos nas inovações pedagógicas e curriculares.

LUCK (2009) destaca bem as competências dos gestores dentre outras que deve promover e garantir o funcionamento pleno da escola como organização social e, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e aplicação das determinações legais nos âmbitos nacionais, estaduais e locais em todas as suas ações e práticas educacionais. Ainda que na prática essas competências sejam poucas colocadas em evidências pelos gestores, que muitas das vezes estão atrelados a vontade dos interesses políticos.

2.3.2 Instrumentos metodológicos inovadores: Uso de TICs como fator de motivação

Fala na qualidade de educação necessita perpassar também pelo uso de tecnologias no espaço escolar, a importância do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação, as TIC nas escolas podem contribuir na melhoria da qualidade de ensino.

As escolas investigadas no município de Pacajá a tecnologia foi implementada em sala de aula, mas esta disciplina foi retirada dos currículos escolares. Necessidade de manutenção dos equipamentos e investimento na compra de máquinas, lembrando que no município tem profissionais capacitados em curso a nível universitário nesta área.

O uso das TICs em sala de aula também pode ser um fator de motivação para alunos e educadores no processo de ensino e aprendizado além de motivar as famílias, a incentivar os filhos a estudar, principalmente aquelas que não têm condições financeiras de pagar um curso de informática aos seus filhos.

A inserção de tecnológica no espaço escola necessita além dos materiais como máquinas e equipamentos necessita de espaços apropriados para promover o ensino tecnológico, como laboratórios, além de profissionais capacitados, a questão da formação de professores para o uso das TIC tem sido tema de inúmeras discussões no meio educacional. Sabem-se muitos cursos de formação ainda não contribuem de forma efetiva para a implantação de mudanças na prática pedagógica. Que em geral, o professor ao se deparar com obstáculos que dificultam sua prática, acabam perdendo o interesse e se acomodando.

As crianças dessa geração já nascem inseridas em um contexto totalmente digital, passa a conviver com a tecnologia dentro de casa desde pequena, assim são conhecidas como nativas digitais, por aprenderem naturalmente a fazer uso dos aparatos tecnológicos.

Os adultos como pais e professores necessitam aprender esse processo, pois lhe dar com essa mudança não é nada fácil. O professor neste sentido deve ser um mediador na aplicação ou no uso correto da tecnologia em sala de aula. A tecnologia não deve ser um fim em si mesmo, e para isso, o educador precisa conhecer o suficiente sobre tecnologia para poder entender como ela pode enriquecer seus processos de aprendizagem. E isso requer que o docente seja aprendiz desse processo.

Diante das questões, é necessário que a secretaria de educação procure realizar sempre um trabalho bastante expressivo e competente quanto se trata de formação continuada dos professores.

Neste sentido, acredito que a relação da família com a escola vai cada vez mais se estreitando e desta forma, melhoraria a qualidade no ensino e a aproximação dos familiares no âmbito escolar.

Entretanto, na urgência e na incerteza, uma parte dos professores tem competências que lhes permitem agir sem saber, sem raciocinar e calcular tudo, mas que lhes dão uma certa eficácia na gestão das situações complexas. Tudo se resume a saber quais são essas competências. (PERRENOUD, 2001, P.16)

A qualidade de ensino está diretamente ligada com a educação tecnológica, o aluno em seu contexto tem o contato direto com celular, TV, smartfone, computador, tablet, entre outros aparatos, além de navegar nas redes sociais, através da internet, o aluno está em seu meio social conectado, e cabe à escola também ser um espaço de conectividade, não dá mais para renegar essa competência no processo de ensino aprendizagem, os educadores necessitam fazer uso desses instrumentos como auxiliares do processo de ensino aprendizagem.

A inserção tecnológica já é uma política pública evidenciada nas escolas brasileiras, porém ainda está muito distante de alcançar os reais objetivos propostos nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia. Há necessidade de formação e investimento nas escolas é

um fator que precisa ser acompanhado de perto. Além de projetos que atendam também a comunidade, pois a tecnologia usada adequadamente possibilita a qualidade de ensino, além de possibilitar a inserção do aluno no campo da pesquisa, sendo este agente construtor de conhecimento.

Assim os educadores precisam de formação específica para lidar com as tecnologias no espaço escolar, assim poderão repensar seu fazer docente ressignificando suas ações metodológicas desempenhadas no espaço escolar uso de novas metodologias que utilizem a tecnologia para contribuir no processo de ensino aprendizagem dos alunos. A utilização da teorização e da praticidade na prática docente torna-se de fundamental importância para construção da práxis escolar.

Distinguir práxis e prática permite uma demarcação das características do empreendimento pedagógico. Há, ou não, lugar na escola para uma práxis? Ou será que, na maioria das vezes, são, sobretudo, simples práticas que nela se desenvolvem, ou seja, um fazer que ocupa o tempo e o espaço, visa a um efeito, produz um objeto (aprendizagem, saberes) e um sujeito-objeto (um escolar que recebe esse saber e sofre essas aprendizagens), mas que em nenhum momento é portador de autonomia. (IMBERT, 2003, p. 15)

Não se pode conceber a negação do uso das tecnologias na vida do cidadão brasileiro, pois a tecnologia está presente em sua casa, e fora dela, a escola necessita também fazer essa inserção tecnológica em sua forma de ensinar, a tecnologia até é utilizada na prática de alguns docentes, outras escolas já utilizam aparatos tecnológicos, como computadores, quadro digitais, laboratórios, entre outros. As escolas dos municípios mais ricos como as escolas da comunidade rural de Pacajá. Já não dispõe de certos recursos, portanto como falar de uma educação democrática e inclusiva, sendo ela pública, gratuita e de qualidade como determina a lei com tantas diferenças no campo educacional.

Se a lei é para todos porque ainda há tantas disparidades na oferta do ensino público. Acabar com essas injustiças é uma grande luta das escolas que buscam lutar por igualdades de ensino, lutando por uma educação mais justa e humana.

Algumas escolas utilizam na prática dos professores o uso no contexto escolar, a tecnologia por meio de trabalhos digitados ou pesquisas escolares, mas tal uso não é tão eficaz no processo de aprendizagem, pois restringe o aluno a prática de entrar na internet copiar e colar texto, como se fosse seus, o que não lhe traz benefício algum, para sua aprendizagem e desenvolvimento do senso crítico. A presença da prática tradicional em sala de aula ainda é uma ação bastante presente, em que a prática docente é centrada na transmissão do conhecimento, tendo como suporte o livro didático, e o quadro e o giz ou ainda o uso de apostilas fragmentadas em termos de cópias.

O grande desafio é o professor se colocar como aprendiz do processo educacional, sendo mediador do conhecimento, que desperte o interesse do aluno sua vontade de aprender que faça da sala de aula um ambiente de descoberta sendo o aluno capaz de problematizar, e encontrar soluções para as interrogações que possam levar a descoberta do novo. (FREIRE 1996, p. 12).

A falta de conhecimento de como usar a tecnologia em sua prática diária o docente acaba se tornando um sujeito isolado desse processo em pleno século XXI ainda temos muito professores em sala de aula que não sabem como ligar um computador, que se recusam a aprender a utilizar os aparatos tecnológicos para favorecer um ensino diferenciado.

O desafio em utilizar os recursos tecnológicos em sala de aula é uma ação constante pois não é só utilizar os aparatos mais promover um uso que seja positivo na formação do pensamento crítico do discente, entrar na internet não significa está conectado de forma correta, o mundo de informações que há na rede nem sempre são verdadeiras, assim o aluno necessita aprender a fazer uso de maneira correta dessas ferramentas, sendo crítico de suas ações, sabendo realmente fazer uso de uma boa pesquisa.

A formação cidadã dos alunos se dá através de ações de aprendizagem que perpassa por uma formação no sentido global, e que tanto a escola como a família necessitam tomar pra si esta responsabilidade. No entanto a tecnologia que é um tema atual, que tem aparatos que praticamente a maioria dos alunos tem acesso, ainda não ultrapassa as barreiras de exclusão da escola, pois a mesma ainda é pouco utilizada em sala de aula.

O uso dos aparatos precisa ser utilizado como elemento metodológico para ensino do conteúdo, tornando-os mais prazeroso, interessante, e curioso o processo de aprendizagem formando o aluno em uma perspectiva mais participativa, auxiliando na melhoria do desempenho de sua aprendizagem.

A tecnologia é um elemento fundamental no ambiente educacional se for devidamente utilizada contribuirá significativamente para uma educação e qualidade.

2.3.3 Por uma escola democrática.

O campo educacional está diretamente interligado com as problemáticas sociais, a educação assiste a sociedade diante da formação do aluno em uma perspectiva transformadora. Tanta responsabilidade educacional é compartilhada por esferas governamentais, sociedade e família. Porém essa passa a ser uma ação cada dia mais

desafiadora. Pois os tristes resultados em termo da qualidade preocupam professores, gestores, família e todos os envolvidos no processo educacional.

Uma educação de qualidade só virá quando a escola perceber a necessidade de que precisa mudar, ela não pode ser estática, se a sociedade muda a escola necessita acompanhar essas mudanças. A presença de uma gestão democrática no campo da educação formal vinculada ao processo de escolarização passa por diversas mudanças a se estabelecer como uma instituição estruturada, universalista, inclusiva, democrática, com acesso e permanência, ensino de qualidade, qualificação de professores, formação continuada, etc.; Porém todas essas ações muitas vezes é difícil executar na prática, pois a escola em suas raízes acaba por insistir a rejeitar novas mudanças e ações que corte suas raízes tradicionais.

Assim, a escola necessita promover ações voltada à educação enquanto um direito social, com ações articuladas, comum e global, que esteja direcionada a atender os anseios da comunidade local.

Pensar a escola dentro desse viés, perpassa pela realização e um trabalho coletivo e participativo em que cada sujeito que compõe a escola possa fazer sua ação, em prol da coletividade. Para a construção de um processo de ensino em que as oportunidades de aprendizagem se concretizam de maneira igualitária e justa.

A família berço civilizatório e educador é determinante no processo de escolarização dos seus filhos. As influências do ambiente familiar podem favorecer ou não o processo de aquisição do conhecimento formal. A relevância da parceria família e escola são inegáveis, contudo, há uma precariedade na dialogicidade das mesmas. (TIBA, 2010)

Nesta perspectiva, é pertinente entender a necessidade de aproxima família e escola, afim de compreender que juntas podem possibilitar um melhor processo ensino-aprendizagem. A vida escolar perpassa pela gestão democrática, Ferramenta capaz de transformar as deficiências no campo escolar, como promover uma escola inclusiva, aceitando as diversidades, respeitando as múltiplas realidades, que formam esse contexto, promover uma educação democrática perpassa pela necessidade de compreender a escola como espaço multicultural, em que a diversidade seja elemento respeitado nas propostas de ensino.

Uma formação global necessita ser direcionada por uma prática educativa centrada na defesa das diferenças em que todos sejam respeitados não por sermos iguais mais sim por sermos diferentes, ou seja, a escola necessita pensar por uma educação que respeite as diferenças que constitui a comunidade escola, lutando contra o preconceito, a homogeneidade, a exclusão, o autoritarismo, que são características de uma educação, tradicional pautada em moldar, formatar, padronizar o ensino.

Lutar por uma escola que reconheça sua real função em promover a escolarização, reconhecendo através dela sua função social em direcionar uma formação global que contribua na criticidade e cidadania do discente é a luta de muitos docentes que se preocupam com a evolução educacional e social.

Essa mudança perpassa não somente pela resignificação da prática docente, mais também por compreender as novas concepções educacionais, conhecer os documentos legais escolares e políticas públicas eficientes, e ainda lutar pelo reconhecimento profissional e direito de formação dos profissionais da educação.

Portanto a dialogicidade precisa ser um elemento fundamental num trabalho coletivo, em que o discurso sobre as problemáticas educacionais e sociais sejam uma ação diária não na prática do docente mais de toda a comunidade escolar, exigindo um debate que perpassa pelo processo de ação reflexão ação para tomada de novas decisões e que estas sempre sejam coletivas em prol do grupo e não de um seguimento somente.

A gestão democrática requer novas percepções, deve ser flexível, participativa, coletiva, abrangente, inclusiva e passível de dialogicidade, ajustando-se ao que é necessário no contexto escolar e deliberando a autonomia para que a escola funcione de fato como um espaço democrático.

Portanto a gestão democrática é o caminho para o entendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos e aos desafios de ensino dos professores. Para tal, faz pertinente uma reorganização no Projeto Político Pedagógico - PPP e reestruturar o sistema educacional como um todo.

A escola necessita ser vista como um espaço que promove uma educação que valorize subjetividade, a diversidade, a identidade, a autonomia, a dialogicidade. Estes fatores tem que ser valorados, respeitados e não negados, e/ou submissos a uma gestão autoritária e tradicional. A qualidade do ensino perpassa ao acolhimento e respeito às diversidades inseridas no contexto escolar. Dessa forma, fomentar uma escola inclusiva que abarque estas especificidades, é dever de todos os envolvidos na educação e sociedade.

2.3.4 Por uma educação de qualidade: O que ensina e para que ensinar.

A discussão sobre a qualidade da educação não pé algo dos dias atuais já faz parte das discussões promovidas pelo Ministério de Educação – MEC, e também por todos os sujeitos que compõe o campo educacional. O termo qualidade vem sendo amplamente debatido perante as mídias quando o Brasil vem ocupando os últimos lugares em termo de qualidade educacional.

Essa é uma triste e preocupante realidade, mesmo com todos os programas e investimentos destinados a melhoria da educação pública brasileira, parece estar ainda muito distante alcançarmos a excelência em promover um ensino que de fato seja reconhecido no fator qualidade.

A concepção de qualidade de ensino perpassa por um molde organizacional do conhecimento escolar. Principal instrumento de reflexão sobre o papel social da escola, intrinsecamente relacionado à realidade local, sócio-histórica (LOPES, 2006). Fundamenta-se para além de uma seriação de conteúdo, objetivos e metodologias e avaliações padronizadas.

Pensar no quesito qualidade requer pensar a organização do que ensina na escola e para isso perpassa compreender como as diretrizes curriculares contribuem com o fator qualidade de ensino para MacLaren (1998) o currículo “...representa muito mais do que um programa...Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve em parte para, preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente”. Na posição do autor o currículo favorece e afirma sonhos, desejos e valores de um grupo seletivo, legitimando atos discriminatórios a certos grupos sociais, de classe ou gêneros distintos.

A escola é uma instituição de poder de reconhecimento de identidade, de cultura, de organização social, portanto essa relação de poder estabelecidas no contexto escolar reproduzem fielmente o retrato da sociedade vigente, assim a escola necessita lutar pela conscientização e formação crítica do aluno para que este possa promover mudança em sua realidade, lutando contra uma política que exclui, discrimina, rotula e busca moldes homogêneos numa sociedade tão diversificada.

Pensar em uma escola que valorize e respeite a diversidade que respeite a heterogeneidade que forma a escola advém de uma gestão que tenha seus princípios pautados na democracia, em que a finalidade da escola seja atender o coletivo e não uma classe, e que este atendimento seja justo e igualitário.

Por muitos anos a relação de poder vem sendo mantida nas políticas educacionais, pois a educação ainda tem suas raízes em uma educação tradicional, controladora, que transmite informações e prepara mão de obra para atender o mercado, o autoritarismo apresenta-se nas ações disciplinares da escola, no controle das atividades, rigidez no cumprimento do horário, alunos uns ao lado do outro sobre o olhar do professor que detém o “poder” do conhecimento, ordenação das fileiras, classificação dos conteúdos etc. (Foucault 2008). Estas análises críticas foucaultianas levam-nos a refletir o papel da instituição escolar, o que se pretende alcançar, e o que precisa mudar.

“A escola pública brasileira, mediante a forma como organiza seu trabalho pedagógico e estabelece seus regulamentos, ritmos e rituais, ainda está longe de produzir o sucesso escolar e alcançar os fins educacionais assegurados constitucionalmente.” (ARROYO 1992, pg. 42)

“O que aparece como natural é social; o que aparece como a - histórico é histórico; o que aparece como relação justa é exploração, o que aparece como resultado de deficiências individuais de capacidade é produto de dominação de desigualdade de direitos determinada historicamente”. (Patto 1997.p.57)

A qualidade de ensino está diretamente liga a necessidade de mudança da organização da escola, seja na conjuntura física, pedagógica, administrativa, e gestacional,

Às margens do terceiro milênio, quando se tenta superar a estrutura educacional seletiva e excludente e estabelecer um paradigma de formação humana integral, ainda vigora no contexto escolar a cultura do fracasso e da exclusão. Essa cultura permeia os diferentes momentos históricos e atualmente pode ser identificada, também, na grande incidência de alunos considerados “problema de aprendizagem” (P. A.), os quais tendem a fracassar pela repetência e/ou pela evasão. (MIRANDA, 2008, p. 17).

A escola necessita criar estratégias e critérios para que o processo de ensino aprendizagem atenda às necessidades e supra as dificuldades apresentadas pelos alunos, assim o que ensinar, e como ensinar está diretamente ligada as condições de qualidade. As ações educativas escolares às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEEP/SEB, 1998, pág. 15).

A qualidade do ensino perpassa pela necessidade formativa do docente, de suas condições de trabalho, sua valorização, pela munda de gestão para uma concepção democrática, por melhorias das estruturas físicas, por investimentos em recursos tecnológicos, pela participação ativa da família, pelo funcionamento dos conselhos no processo de fiscalização das ações escolares, entre outros fatores que estão diretamente ligados a qualidade de ensino.

2.5 DEFINIÇÃO CONCEITUAL DAS VARIÁVEIS

1ª VARIÁVEL: RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLAR

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (Piaget 2007, p.50)

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. (REIS, 2007, p. 6)

Ao comentar as mudanças ocorridas na estrutura familiar ROMANELLI diz: 13 “Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias”. (2005, p. 77) e filhos. (REIS, 2007, p. 6)

Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família, pela qual as crianças chegam à escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou. (TEDESCO, 2002, p. 36).

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99)

2ª VARIÁVEL: QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Os meios de vida, de estudos, por onde circulam os aprendizes são tão importantes quanto às atividades educacionais que abrigam. Sua influência deve-se ao fato de que eles são desigualmente motivadores, diferentemente estimulantes e mais ou menos propícios a aprendizagens significativas. A cultura da instituição, da família e da sociedade é igualmente um fator de ensino. (DELORS, 2005, p. 196)

“entenda-se Educação em seu conceito mais amplo, abrangendo desde a transmissão de princípios e valores pela família, passando pelo ensino formal, até chegar ao processo de absorção de informações efetivado através de outros canais, como a leitura voluntária, as notícias dos meios de comunicação etc.” (COIMBRA, 2011)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), alterada pela emenda constitucional nº 14, de 1996 (EC14/96) determina que o direito à educação abranja a garantia não só do acesso e da permanência no ensino fundamental, mas também a garantia de padrão de qualidade como um dos princípios segundo o qual se estruturará o ensino, conforme inciso VII do artigo 206 e Art. 211, abaixo: Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:[...] VII – garantia de padrão de qualidade:[...] 22 Art. 211

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 2011b, não paginado, grifo nosso)

A evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo. No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. Segundo dados do INEP, de 100 alunos que ingressam na escola no 1º ano, apenas 5 concluem o ensino fundamental, ou seja, apenas 5 terminam o 9º ano (PACIEVITCH, 2011).

O conceito de qualidade da educação é “polissêmico”: do ponto de vista social a educação é de qualidade “quando contribui para a equidade; do ponto de vista econômico, a qualidade refere-se à eficiência no uso dos recursos destinados a educação” (Dourado, 2007:12)

3ª VARIÁVEL: EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

FREIRE (1983, p. 27): O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

VEIGA (2007, p. 36) se manifesta a esse respeito: O professor estrutura, ao longo do processo de construção de seu percurso profissional, o espaço pedagógico que expressa o saber do seu ofício, criado no contexto de sua trajetória e que resulta de uma pluralidade de saberes: os saberes relativos às ciências da educação e das ideias pedagógicas, os saberes curriculares, relativos à seleção dos conhecimentos acadêmicos ligados ao ensino e os saberes da experiência, oriundos da sua prática profissional, construídos individualmente ou na socialização do seu trabalho.

[...] os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem – seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros educadores. (PIMENTA, 2006, p. 20).

A Prática Pedagógica é entendida como uma prática social complexa acontece em diferentes espaços/tempos da escola, no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos e, de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor-aluno-conhecimento. Nela estão imbricados, simultaneamente, elementos particulares e gerais.

Os aspectos particulares dizem respeito: ao docente - sua experiência, sua corporeidade, sua formação, condições de trabalho e escolhas profissionais; aos demais profissionais da escola – suas experiências e formação e, também, suas ações segundo o posto profissional que ocupam; ao discente - sua idade, corporeidade e sua condição sociocultural; ao currículo; ao projeto político-pedagógico da escola;

ao espaço escolar – suas condições materiais e organização; à comunidade em que a escola se insere e às condições locais. (VIEIRA; ZAIDAN, 2010, P. 21).

A reflexão, portanto, é uma mediação no processo de transformação. Digamos assim, ela pode agir “através “do sujeito. Para quem deseja a mudança resta, pois, a possibilidade de interagir com a intencionalidade dos sujeitos, favorecer a interação entre eles, de forma a que possam ter uma ação pautada numa nova concepção. (VASCONCELLOS, 2006, p.11)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho teve como temática investigar a relação família e escola e a importância da família no contexto educacional na busca da qualidade de ensino aprendizagem para a construção de uma educação democrática, no ensino fundamental 4º ao 9º ano, nas escolas públicas da zona urbana de Pacajá/PA, no ano de 2016. Com olhar mais específico a inserção e participação da família e sua contribuição no processo formativo do discente em termo de promover uma educação democrática e de qualidade.

A pesquisa teve sua realização através de uma ação investigativa com cunho bibliográfico fundamentando da teorização e da praticidade no espaço escolar.

Em termo da interrogante central do estudo como ocorre a relação família e escola e qual a importância da família no contexto educacional na busca da qualidade de ensino aprendizagem para a construção de uma educação democrática, no ensino fundamental 4º ao 9º ano, nas escolas públicas da zona urbana de Pacajá/PA, no ano de 2016? Evidenciou-se que a relação família e escola ainda não se apresenta harmônica em termo da parceria sobre o ensino dos alunos, a presença da família na escola ainda está centrada a chamada para assinar documentos ou receber queixas sobre o mal desempenho de seus filhos. Os pais estão cada dia mais distante da responsabilidade em educar os seus filhos, atribuindo a escola toda a responsabilidade por essa ação. A escola necessita de ações e projetos que busquem inserir a família para assume seu verdadeiro papel no compromisso de educar seus filhos.

Sobre a Hipótese se aceita a Hipótese Investigativa nula que a relação família e escola *não* está contribuindo de maneira *relevante* com a pratica pedagógica com a construção de uma educação de qualidade, no ensino fundamental 4º ao 9º ano, nas escolas públicas da zona urbana de Pacajá/PA, no ano de 2017. Portanto a escola necessita promover ações que promova essa relação para que justas possam desenvolver uma educação de qualidade. Uma vez que a participação da família de maneira ativa com o processo educacional é uma ação fundamental para que haja melhoria na aprendizagem dos discentes.

A participação da família precisa ser compreendida como ação educacional e que necessita ser presente, a família necessita compreender que não cabe somente a escola promover a educação de qualidade do aluno mais que esta seja vista como responsabilidade e compromisso de todos, sendo agentes promovedores de uma democrática e de qualidade.

Diante dos objetivos propostos todos foram evidenciados de maneira satisfatória, o primeiro buscou “Relata a relação família e escola e suas contribuições para a formação discente no espaço escolar” Conclui-se que ainda que esta não seja uma ação presente no espaço escolar investigado ela é de suma importância para que a educação consiga avançar pois a família é tão importante quanto a escola na busca da formação dos alunos. Observou-se que os alunos que apresentam um melhor desempenho são aqueles que a família está presente contribuindo e acompanhado seus filhos.

No que concerne o segundo objetivo específico que buscou *identificar a prática pedagógica na formação do pensamento crítico do discente em termo da qualidade do processo ensino aprendizagem no contexto educacional*. Conclui-se que a qualidade do ensino ainda é um fator muito distante da realidade desejável, e que essa qualidade não pode ser evidenciada somente na prática docente pois ela depende da junção e funcionamento de outros fatores, além da aplicabilidade da gestão democrática. Pois formar os discentes em uma perspectiva de criticidade promovera a sua cidadania. A escola necessita promover uma educação crítica e reflexiva tornando o aluno sujeito construtor de conhecimento sendo capaz de promover transformações para melhorar a sua qualidade de vida.

A qualidade da educação perpassa pela aceitação de novas práticas ou ações metodológicas, para que haja a implementação do novo, promovendo assim um ensino que seja prazeroso e global. Portanto gerar as mudanças para a educação se faz necessário ações educativas e recursos necessários para garantir ao docente ministrar aulas que sejam produtivas e diferenciadas.

No último objetivo geral que visou *definir as contribuições pedagógicas que a escola vem implantando para a construção de uma educação democrática, nas escolas públicas de Pacajá*. Conclui-se que os professores têm pouca autonomia para desempenho de sua prática pedagógica que na escola. A presença de uma gestão democrática ainda é ausente no contexto escolar, pois a gestão técnica e muitas vezes tradicional ainda é bem visível nas decisões escolares. A escola precisa inserir a prática dialógica e reflexiva para que seja assim a educação conduzida por um trabalho coletivo e participativo onde todos tenham voz e vez no campo da educação visando a melhoria do ensino.

Portanto, a gestão democrática, assim como a parceria entre família e escola e a educação e qualidade no espaço escolar acaba sendo direitos que por muitas vezes são ignorados pela falta de ações e projetos ou ainda de iniciativa, que envolvam toda a comunidade na construção de uma educação cidadã.

A educação democrática necessita de uma reflexão ampla e coletiva se faz necessário, que a escola saia do comodismo de uma educação fechada, que vê o aluno como um ser que só recebe informações, e passe a compreender a escola como espaço não mais instrutivo e sim transformador e formador. Sendo assim a escola um espaço dinâmico e ativo.

Conclui-se assim que a relação e parceria família e escola são condições necessárias para fomentar a formação do aluno em um prisma global fomentando assim um trabalho coletivo e participativo em princípios reflexivos para uma verdadeira formação cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Conversas sobre educação**. Campinas: Verus, 2010.

ALVES PINTO e TEIXEIRA, (org.), **Pais e Escola: parceria para o sucesso**, Porto, ISET, pp.261-289

ALVES, Thiago; PASSADOR, Claudia Souza. **Educação Pública no Brasil: Condições de oferta**. Porto Alegre: Anna Blume, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A Educação e os Processos Políticos-Pedagógicos de Construção de Novas Formas de Sociabilidade**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2012.

ALMEIDA, Laurinda R. de. Ser professor: um diálogo com Henri Wallon. In: MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Loyola, 2000.

ALMEIDA, A. R. S. **Emoção na sala de aula**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ANTUNES, CELSO **9 passos paea uma escola pública de excelente qualidade/ Celso Antunes. _ Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.**

ANTUNES, Celso. **Glossário de Bolso(A) para Educadore(a)s**. Editora, 2001

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAIBICH-FARIA, Tânia Maria; MENEGUETTO, Francis Kanashiro. **Metodologia do ensino superior ou ética da ação do Professor**. Curitiba: UFPR/GT: Didática, 2004.

BECCARIE, Adriana et. al. **Família e Instituição de Educação Infantil, qual a relação?** (online) jan./jul. 2001. Disponível: <http://www.ufsc.com.br/secaoresenha/htm>.

BENCINE, Roberta. **Como atrair os pais para a escola**. Revista Nova Escola. São Paulo, editora Abril, nº 166, p. 38/38, outubro/2003.

BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: Quem educa o cidadão?** – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

BULGRAEN, Vanessa C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento**. Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4, ago./dez. 2010

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo de ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. ***Estatuto da Criança e do Adolescente***: Lei nº 8.069, de 13-7-1990. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. BRASIL. Leis e Decretos. ***Constituição da República Federativa do Brasil***: atualizada até 01.01.2003. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BRASIL. ***Estatuto da criança e do adolescente comentado***, Brasília-DF, págs. 10/119 CD-ROM Vocabulário Jurídico versão. ----- Editora forense, 1999

BRASIL. ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional***: Lei 9.394/1996. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL/MEC/SEED. ***Mídias na Educação. Secretaria de Educação a Distância (SEED)***, Ministério da Educação, Brasília, 2008.

CARNEIRO, Moaci Alves. ***LDB fácil: leitura crítica-compreensiva artigo a artigo***: Vozes, 9ª edição. Petrópolis, 2003.

COLL, C.; GILLIÈRON. C. Jean Piaget: ***o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional***. In, LEITE, L. B. (Org.). ***Piaget e a Escola de Genebra***. São Paulo: Cortez, 1987.

CORTELA, Mario Sérgio. ***Pensatas Pedagógica: nós e a escola; agonias e alegrias***-Petrópolis Rio, Vozes, 2014.

CORTELLA, Mario Sergio- ***Educação, escola e docência: novos Tempos, novas atitudes***-São Paulo: Cortez, 2014.

CRESWELL, J.W. ***Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto***. 3. ed. Porto Alegre: Ateneu, 2010.

CURY, Augusto Jorge- ***Pais Brilhantes, professores fascinantes***-Rio de Janeiro: sextante 2003

CUNHA, Antônio Eugênio. ***Afeto e aprendizagem: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica***. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.), João Ferreira de Oliveira e Catarina de Almeida Santos, 2007. ***A qualidade da educação: conceitos e definições***. Brasília: INEP/MEC (Série “Textos para discussão”, nº 24).

FERNANDES, Cleoni. ***À procura da senha da vida-de-senha a aula dialógica?*** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). ***Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas***. Campinas: Papyrus, 2008. p.145-165.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 2009, Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001 a.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 1983

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano da professora**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta** / Moacir Gadotti, José E. Romão (Org.). ---12 ed.---São Paulo: Cortez, 2011.

GANDIN, Danilo e GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. 5ª edição: Vozes, Petrópolis, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed.São Paulo:Atlas,1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

IMBERT, Francis. **Para uma práxis pedagógica**. Brasília, DF: Plano, 2003

KRUPPA, Sônia N. Portela. **Educação como tema da Sociologia**. In: KRUPPA S.MP. Sociologia da Educação. São Paulo, Cortez, 1994:26 e 30.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, F. H. C. Metodologia Científica. In: LEITE, F. H. C.; SAKAGUTI, S. T. **Metodologia Científica/ Estatística II**. Dourados-MS: UNIGRAN, 2009.

LEITÃO DE MELLO, M. T. **Programas oficiais para formação de professores**. *Educação & Sociedade*, n. 68, p. 45-60, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?:novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998. vol. 67.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDINA, Carlos Alberto de. **Parceria escola-família** (*online*) jan. 2004. Disponível: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/pef/pefimp.htm>.

MELLO, Alexandre Moraes de; **Psicomotricidade, Educação Física e Jogos Infantis**. São Paulo: IBRASA, 1989.

MELLO, G. N. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 98-110, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2008, p.135, vl. 2.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 133.

MOREIRA, Berenice Fialho. **Nova família, nova escola? O que há de novo nas novas famílias?** (*online*) Jan. 2004. Disponível: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/pef/pefimp.htm>

NÓVOA, Antônio. **Concepções e prática de formação contínua de professores**. In:

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In _____: 1992.

NÓVOA, A. **O Passado e o Presente dos Professores**. Em A. Nóvoa (Org.), *Profissão Professor*. Porto Alegre: Porto, 1991.

OLIVEIRA, Zilma de M . [et.al]. **Creches: Crianças, faz de Conta e Cia**. 15. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003.

PADILLA, Cortez Maria Tereza- **Metodologia da investigação: Trilhas**, 2012 (reimp.2014).

PACIEVITCH, Thais. **Evasão Escolar**. Disponível em: Acesso em: 31 jul. 2011.

PARO Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**: ed. Xamã, São Paulo, 2008.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POLÔNIA, A. C., & Dessen, M. A. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(2), 303-312.(2007).

REIS, Risolene Pereira. In. **Mundo Jovem**, nº. 373. Fev. 2007, p.6.

TEDESCO, J.C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2002.

TEIXEIRA, M., (2003), “**A Participação dos pais na escola: Perspectivas de pais e professores**”, in ALVES PINTO e TEIXEIRA, (org.), **Pais e Escola: parceria para o sucesso**, Porto, ISET, pp.175-208.

TELES, M. L. S. **Socorro! É proibido brincar!** Petrópolis, Rj: Vozes, 1997.

TIBA, Içami. **Quem Ama, Educa!** de; 272 páginas; Integrare Editora, 2010.

TOSCANO, Moema. **As Bases Sociológicas da Educação**. In: TOSCANO, Moema. **Introdução à Sociologia da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1985:13/14.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação**, 10. Ed. São Paulo. Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. (Coord.). **Docentes universitários aposentados: ativos ou inativos?** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflitos: parceria com os pais**: ed. Record, Rio de Janeiro - São Paulo, 2002.

